

Americanismo e República em Vicente Licínio Cardoso

João Marcelo Ehlert Maia

Como pensar a relação entre República e americanismo? Ora, decerto que uma resposta completa a essa pergunta escapa aos limites deste texto. Afinal, de que americanismo se fala? Se pensarmos na América que tanto atraiu Sarmiento e outros liberais, esse programa implicaria a ruptura com os quadros da tradição e a implantação de uma formação societária animada pelo associativismo e pela dinamização dos interesses privados. Uma República de cidadãos médios, homens comuns, e não de virtuosos aristocratas. Oposta, de alguma forma, a República animada pela crítica seminal de José Enrique Rodo, consagrada no seu *Ariel*, em 1900. Nessa, o fenômeno das massas é visto com temor, devendo ser temperado pelo recurso a um cultivo espiritual próprio da herança latina que marcaria a América “de cá”. Nada mais distante do arielismo do que o programa fordista, se entendermos este como forma decisiva na configuração de uma América racionalizada pelo trabalho “livre”

É, portanto, digno de nota um pensamento que reclame as “duas” Américas, produzindo uma obra capaz tanto de se encantar pela era das “máquinas”, representada pelo fordismo, quanto de eleger Rodo, adversário desse regime civilizatório, como herói de seu panteão intelectual. Que espécie de República americana é essa? Este texto dedica-se a explicar esse problema, analisando brevemente a tensão Ford-Rodó na obra de Vicente Licínio Cardoso (1890-1931). Trabalho a hipótese de que essa formulação faz sentido quando entendida no quadro da imaginação “espacial” do autor e da sua sociologia comparada, que aproxima Brasil-Américas-Rússia. Nesses termos, argumento que a republicanização americana de Licínio demanda uma estratégia em que Ariel funcione “a favor” de Ford. Explico-me melhor nas próximas páginas.

Ford e Rodó.

Vicente Licínio, filho do famoso positivista Licínio Atanásio Cardoso, era engenheiro formado na Politécnica, e trabalhou com alguma regularidade como arquiteto. Sua grande paixão, porém, foram os “estudos sociais”, o que o fez juntar-se a inúmeros engenheiros que se dedicaram à causa da educação e da pedagogia moderna nos anos 20. Durante a primeira metade dessa década, Vicente lançou inúmeras obras dedicadas ao clássico tema da “interpretação do Brasil”, tendo também colaborado na organização do marcante *“À Margem da História da República”*. Contudo, apesar dessa trajetória indisciplinada na engenharia, nunca perdeu a marca de uma formação científica atenta a temas típicos da vida industrial: máquina, fábrica e tecnologia.

O grande ensaio fordista de Vicente Licínio intitula-se “Ford: O Operário que Venceu o Capital” (1925). Nele, o autor tece vigorosos elogios ao fordismo como modelo da organização democrática norte-americana. Nessa linha interpretativa, o “regime das máquinas” é lido numa chave positiva, como expressão de uma sociabilidade nova formatada na experiência horizontal do trabalho em massa. Fiel a sua aversão ao europeísmo, Vicente Licínio opõe o espírito fordista aos ideais alimentados pelas sociedades “velhas”, que se agarrariam a concepções ultrapassadas e decadentes sobre as possibilidades da civilização ocidental.ⁱ Todo o ensaio é um grande elogio ao programa fordista e sua organização democrática do trabalho. A nossa República, portanto, só se organizaria adequadamente se suas elites estivessem dispostas a “racionalizar o trabalho”.

Ora, mas se Vicente cerra fileiras no partido fordista –como, aliás, outros engenheiros do mesmo período --, como entender seu ensaio vigoroso para José Enrique Rodó? Para Vicente Licínio a terra de Rodó era “toda” América, continente da “ação”. O idealismo que marca o arielismo é trabalhado pelo autor como síntese de uma energia juvenil, própria de uma “consciência americana”. Nas suas palavras, “Ao contrário desses pensamentos theoreticos europeus, o americanismo tem a característica de um idealismo prático, e nisso, e especialmente por isso, constitue uma novidade no mundo” (Cardoso 1937 : 38).

Como se percebe, o americanismo que Vicente Licínio lê em Rodo não se traduz num particularismo espiritualista, mas na expressão de uma energia prática que marcaria os homens deste continente. Nesse sentido, a figura intelectual de Rodo exemplificaria um tipo intelectual americano, um “obreiro social de idéias” animado pelo “culto ao trabalho e à vida”

Mas se Ford representa a aposta na modernização radical, animada pelo modelo fabril e pelos homens “operários”, a promessa ariologista sustentava um moderno “temperado”, em que a democracia não representasse nem o igualitarismo avassalador, nem a emergência do interesse puro e do utilitarismo. Com conjugar esses continentes? Isso é possível pelo recurso à categoria “terra” no seu pensamento.

Imaginação Espacial, Terra e República

Encantando, como muitos de seus colegas, pelo impacto dos escritos euclidianos sobre os sertões e a Amazônia, Vicente incorporou um tipo de análise que elege o meio físico como grande variável explicativa para a formação do Brasil. É comum a constatação da força de argumentos deterministas na imaginação dos intelectuais contemporâneos e posteriores à famosa “geração de 1870”, como parte integrante do caldeirão “cientificista” que teria sido marca indelével desses personagens.. Sem ignorar essa importante dimensão do problema, creio ser limitante interpretar a presença constante de elementos espaciais no pensamento social brasileiro como decorrência da incorporação do determinismo geográfico no cardápio intelectual nacional. Robert de Moraes (2000) e Barboza Filho (2000) mostram como as sociedades americanas coloniais teriam nascido sob o signo do espaço, pois sempre teriam sido pensadas como subprodutos da lógica territorialista que presidiu a aventura colonizadora. O que interessa reter aqui é a persistência com que a imaginação brasileira trabalha o espaço como alegoria explicativa do país. Assim sendo, podemos entender a “terra” não apenas como variável independente na explicação científica, mas como imagem poderosa carregada de significados simbólicos . Que é, então, esta “terra” na reflexão de Vicente Licínio?

Em todos os ensaios escritos por Vicente Licínio, sobressai-se a categoria “terra nova” como imagem associada a essa ontologia americana. Ford e Rodo seriam irmãos, pode-se assim interpretar, porque ambos seriam filhos de um continente marcado pela “novidade”, que possuiria propriedades democratizantes intrínsecas. De certo modo, a “terra nova” de Vicente Licínio se assemelha a uma matriz civilizatória específica, própria de territórios abertos para a experimentação e para a criatividade. O recurso constante de Vicente Licínio a terra parece indicar uma ontologia em que a “política” não surge como organizador da vida social, se a entendermos na chave de Licínio: artifício da imaginação, utopia jacobina. Não importa, portanto, a natureza física dessa terra, mas seu conteúdo simbólico, alegoria de uma formação social em que a civilização não produziu nem camadas profundas de tradição, nem complexos arranjos políticos.

Contudo, a “terra” não aparece associada unicamente a esta ontologia americana. É recorrente em Vicente Licínio a mobilização da categoria “força da terra”, retirada, segundo ele, dos romancistas russos do século XIX. Ao falar desta “energia bruta”, Licínio (1924) aproxima Brasil e Rússia como sociedades em que a relação entre indivíduo e espaço seria marcada pela solidão e pela ausência de uma vida social orgânica. Nesses termos, a imagem da “terra” estaria vinculada a uma geografia desértica, que mesclaria “planícies monótonas” e “caos étnico”. O sertanejo e o mujique seriam os personagens por excelência dessa combinação, isolados e oprimidos pela “força da terra”.

Esse é o “nó” que clarifica ainda mais o compósito arielismo-fordismo de Vicente Licínio. Sua admiração pelo regime fordista não o impede de localizar nesse rincão específico da América uma geografia estranha ao moderno, marcada pela “força da terra”. Nesse caso, impossível seguir o receituário gramsciano que vê no fordismo uma formação societária espontânea, pois seria necessário recorrer ao papel condutor de elites que animassem o processo de construção nacional. Ou seja, racionalizar o trabalho via dinamismo fabril, na

chave clássica do americanismo gramsciano, não seria solução adequada se deixada ao sabor dos atores da vida civil. O moderno seria, portanto, uma produção, mas não uma cópia, pois conservaria o frescor de nossa ontologia americana, pagando o devido tributo à força da terra que nos levava para Dostoievski, e não para Emerson. Por isso Vicente Licínio apostava na educação como ferramenta de cultivo republicano, estratégia mais adequada a uma nação truncada por uma geografia fragmentada e invertebrada. Nosso americanismo estaria, portanto, destinado a se tingir de cores russas, e se configuraria como um caminho singular para a civilização, que não poderia prescindir da vontade de uma elite .

ⁱ A rejeição da tradição “européia” era comum no período, não apenas entre a inteligência brasileira, e se devia, em grande parte, ao impacto causado pelo morticínio da Grande Guerra.